

As Negras do Tabuleiro como Agente Construtor da História e do seu Próprio Espaço em Diamantina, MG

Kamila B. A. Maurício¹, Ana C. P. Dias²

¹ Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: kamiladtna@yahoo.com.br.

² Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. E-mail: acatarinadias@hotmail.com

Resumo

A presença do comércio ambulante das “Negras do Tabuleiro” ocorreu em várias regiões do Brasil, porém, cada local tem a sua peculiaridade cultural e histórica. No Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, devido à descoberta dos Diamantes, houve a imposição da Coroa no desenvolvimento local, onde as atividades eram vigiadas pelo poder da política de controle. Na intenção de dificultar e controlar o comércio ambulante foram impostas algumas formas de repressão, como o bando de 1º de março de 1743. Diante desse contexto, foi imprescindível o valor histórico e cultural formado pelas atividades das mulheres conhecidas como “Negras do Tabuleiro”. Neste sentido, este trabalho levantou dados referentes para o presente estudo dessas importantes “figuras” no processo social e econômico do Arraial do Tijuco, no período colonial. A intenção não é esgotar o tema, mas possibilitar uma discussão a esse respeito, dando a possibilidade de que outros trabalhos sejam posteriormente desenvolvidos.

Palavras-chaves: Arraial do tijuco; Comércio ambulante; Negras do tabuleiro; Quitanda.

1 Introdução

O conceito constitucional de patrimônio cultural encontra-se disposto no artigo 216 da Constituição Federal que estabelece o seguinte:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico – culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Dessa forma, deve-se considerar que a alimentação não é apenas uma atividade humana básica que aquelas mulheres desenvolviam no do Arraial do Tijuco, atual Diamantina (MG), mas foi um processo marcado pela cultura local, onde comércio ambulante de quitanda pode ser visto como um marco para a concretização de uma luta pela independência através destes meios de produção de sustentabilidade durante o período colonial, tornando-se “bolo” social traçado com

características próprias.

Este tema merece um estudo aprofundado e detalhado, haja vista a escassa publicação a seu respeito. Sua pertinência está também no fato de possibilitar o resgate da história do que corresponde ao período entre o século XVIII e meados do século XX; sobretudo às regras de alimentação, costumes e vida da população durante o período referido.

O resgate da identidade e memória de uma determinada parcela da população do Brasil Colonial nos remete a refletir seus sentidos e significados culturais. Assim, foram levantados dados referentes à história e à Cultura, também referentes às características do comércio ambulante bem como à importância deste no Arraial do Tijuco, atual Diamantina (MG).

O presente trabalho tem como objetivo realizar estudo e produção de conhecimento sobre a Rua da Quitanda, bem como a importância das “Negras do tabuleiro” na economia local, e o resgate e valorização da cultura alimentar; contribuindo assim, com a construção da história de hábitos e costumes do cotidiano colonial do Arraial do Tijuco, no Século XVIII, atual cidade Diamantina (MG).

2 Metodologia

O presente estudo foi elaborado a partir da exploração bibliográfica e eletrônica acerca do tema e com base na pesquisa do acervo de documentos históricos da Biblioteca Antônio Tôrres/IPHAN (BAT) e Mitra Diocesana, situadas na cidade de Diamantina (MG).

A linha de pesquisa foi definida a partir da metodologia histórica descritiva documental. Foram utilizadas as informações dos inventários *post mortem* dos séculos XVIII e XIX, a partir de análise de pessoas residentes na época no “Arraial do Tijuco”.

A transcrição dos documentos encontrados na BAT relacionados ao tema desta pesquisa, ocorreu de acordo com a circular nº02 da ASBRAP (Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia), que foi expedida no II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica, em 1993.

Alguns dos documentos relacionados ao tema foram selecionados e pesquisados, no intuito de obter informações mais relevantes ligadas a essa forma de produção alimentar, ao seu comércio, a forte repressão local e as características sociais representadas pelas “Negras do tabuleiro” ou quitandeiras na Rua da Quitanda.

Dos documentos originais, as informações foram obtidas através das descrições da presença de agência de quitandas e demais informações relevantes ao tema tratado e as pesquisas bibliográficas e eletrônicas proporcionam um maior desenvolvimento do assunto, facilitando a compreensão do tema tratado.

3 Resultados e Discussão

3.1 Quitandas

Um fato importante a ser destacado é que as “quitandas” podem se diferenciar, dependendo do local em que são produzidas e/ou comercializadas. Nesse sentido, faz-se interessante os esclarecimentos de Arno:

No norte de Minas chamam-se quitandas aos doces, biscoitos, roscas, bolachas e outros

produtos da farinha de trigo, da farinha desses comestíveis. No Rio e em outras partes, denomina-se quitanda a casa comercial onde se vendem hortaliças e frutas, e quitandeiros os seus proprietários. (ARNO, 1949, p. 80).

O dicionário da língua portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, por sua vez, refere-se ao termo “quitanda” como, “tabuleiro com gênero de mercadorias dos vendedores ambulantes, pequeno estabelecimento onde se vende frutas, legumes, cereais, etc.” (FERREIRA, 1993; p.457).

Além disso, é pertinente atentar-se para a relação presente, já no sentido etimológico da palavra “quitanda” que se refere, a principio, aos espaços, onde se realiza o comércio dos produtos, à produção desses e àqueles indivíduos envolvidos com todo o processo de comercialização das quitandas. É interessante também a origem etimológica da referida palavra que traz a presença do radical *Kinda*, que se refere a uma espécie de cesta regional angolana.

Segundo Selma Pantoja (2008):

[...] antes de aportarem no Brasil, as “quitandas” eram um fenômeno tipicamente africano. Espalhados por todo o continente, esses espaços de troca ficaram conhecidos, na região centro-ocidental da África, e mais especificamente entre os povos mbundu, como kitanda. [...] a kitandas viraram quitandas quando as práticas dessas vendedoras atravessaram o Atlântico a bordo dos navios negreiros (PANTOJA, 2008, s.p, *online*).

3.2 Comércio ambulante e suas peculiaridades

Nas Minas Gerais o trabalho não era realizado somente pelos homens, as mulheres muitas vezes participavam de forma direta e primordial para o desenrolar do trabalho ambulante.

Como as mulheres eram dispensadas do trabalho da mineração, migravam para outras atividades que estavam ao seu alcance, visando suplementar a renda através do comércio ambulante. Segundo Mary del Priore (2004, *online*), as mulheres envolvidas no processo do comércio ambulante foram designadas negras de tabuleiro, conhecidas também como quitandeiras.

Costa (2007, *online*) trata dessa presença feminina quando diz que “as mulheres de cor, em sua busca por melhores condições de vida, eram presença freqüente nas ruas, becos vielas das vilas e arraiais mineiros.” A presença de mulheres nas ruas não era bem vistas durante aquele período e em sua maioria quem as freqüentava eram as mulheres pobres, cujas imagens eram, portanto, ligadas a algo pejorativo.

Circulavam com tabuleiros, negras, mulatas, forras, no intuito de vender seus produtos, em uma jornada que às vezes chegava a durar semanas seguidas. Apesar do lucro dessa atividade ser dividido com os Senhores, o que sobrava era usado, muitas vezes, para a tentativa de compra de alforria. É o que nos afirma Reis (1989), ao falar sobre o assunto em seu estudos, onde procurou desvendar as relações sociais estabelecidas pelas negras do tabuleiro nas Minas Gerais do Século XVIII e suas possibilidades, em função de sua atividade ambulante, de acumular excedentes (pecúlio) utilizados na compra da alforria, no caso das escravas, ou quaisquer outros benefícios.

O comércio ambulante ocorreu em varias regiões, seria pretensão dizer que este fato é unicamente Mineiro, este comércio possuía um importante papel no abastecimento dos Arraiais, isto se confirma com a afirmativa de Figueiredo (2000), que diz:

Formavam assim uma verdadeira multidão de negras, mulatas, forras ou escravas que circulava, pelo interior das povoações e arraiais com seus quitutes, pasteis, bolos, doces, mel, leite pão, fritas, fumo e pinga, aproximando seus apetitosos tabuleiros dos locais de

onde se extraíam ouro e diamantes (FIGUEIREDO, 2000; p.146).

Nas Minas Gerais, a presença no comércio ambulante acontecia em grandes proporções e estavam presentes, ligadas a diversas atividades, Mary Del Priore (2004, *online*), em revista especializada *online*, ratifica a participação feminina no comércio de doces e demais quitandas, bem como bolos, frutos, melaço, hortaliças, queijos, leite, mariscos, alho, polvilhos e até mesmo hóstias, agulhas, alfinetes e roupas usadas.

A cultura alimentar não é somente uma atividade humana básica, mas também um bolo social traçado por características próprias e culturais. O tema tratado faz parte um estudo de caso deste comércio ambulante em Diamantina (MG) do processo de formação da identidade desse povo, o que nos remete a um patrimônio cultural, com traços distintos local.

3.3 O desenrolar do comércio ambulante em Diamantina

Alguns dos mecanismos que conduzem ao reconhecimento dos aspectos culturais da vida de um povo são os muitos significados, contidos nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, na história, nas festas e diversas outras formas de manifestações culturais; muitas delas transmitidas de forma oral, gestual, recriadas coletivamente e modificadas ao longo do tempo, através de pesquisas, dentre outros.

Falar da cultura, ou seja, do patrimônio cultural é falar sobre a sociedade, um processo de significados e construção de sentidos, essa identidade cultural é perceptível a partir da leitura de Gomes (2007) onde a mesma diz que,

O fortalecimento da identidade cultural engloba necessariamente a questão do patrimônio, que funciona como elemento que fortalece a sua identificação com a comunidade, cultura e tradição, e que permitem ao mesmo tempo realizar o elo entre passado e presente e agir como instrumento de coesão e sentimento de pertença e continuidade histórica. (GOMES, 2007, p.5)

O desenvolvimento turístico que hoje é apresentado à sociedade galgou campos de motivação imprescindíveis de valor histórico cultural formado inclusive por atividades corriqueiras. Desta maneira foi necessário reunir algumas informações referentes aos hábitos e costumes do cotidiano colonial do Distrito Diamantino e às dificuldades encontradas para o desenvolvimento do comércio ambulante, principalmente das mulheres negras, aí inseridas: as “negras do tabuleiro” ou quitandeiras.

A Região do Arraial do Tijuco devido à descoberta dos Diamantes tornou-se um local destacado do restante do País, a preocupação com o Arraial do Tijuco corria em grandes proporções onde tudo era imposto pela Coroa Portuguesa.

A administração colonial se deu conta do perigo que apresentava o trabalho dessas mulheres próximo às áreas de mineração. Seus tabuleiros que contavam com os mais variados produtos, dentre eles o álcool, distraíam e diminuía a produtividade dos escravos mineradores. Além disso, as negras, por si próprias, já constituíam elemento de distração, pois muitas também prestavam favores sexuais aos cativos. Por outro lado, era notória a participação delas no contrabando de ouro e pedras preciosas, que fugiam do controle dos vigias, camuflados em suas roupas e tabuleiros. Dessa forma a administração colonial criou legislação específica que proibiu o comércio nessas áreas, não só o ambulante feito pelas quitandeiras, mas também o fixo, representado pela venda de secos e molhados. (COSTA, 2007, p.6 *online*).

Para tentar evitar o contrabando de diamante foi criada a Real Extração dos Diamantes o qual

passou a ser declarado monopólio régio, de acordo com Furtado (1996), com o Regimento Diamantino, editado em agosto de 1771, popularmente conhecido como o Livro da Capa Verde, a metrópole criou uma administração própria sediada em Lisboa.

O Arraial do Tijuco possuía leis específicas, próprias para o seu território, conforme identificação de diversos historiadores. A descrição de Caio Prado Junior (1985) descreve o Arraial do Tijuco como:

[...] verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia, o Distrito Diamantino vivia inteiramente isolado do resto do país, e com uma organização sui generis: não havia governadores, câmaras municipais, Juizes, repartições fiscais ou quaisquer outras autoridades ou órgãos administrativos. Havia apenas o Intendente e um corpo submisso de auxiliares que eram tudo aquilo ao mesmo tempo, e que se guiavam unicamente por um Regimento colocado acima de todas as leis e que lhes dava a mais ampla e ilimitada competência. Na área do Distrito ninguém podia estabelecer-se, nem ao menos penetrar ou sair sem autorização especial do Intendente, e a vida de seus habitantes achava-se inteiramente nas mãos daquele pequeno régulo que punha e dispunha dela a seu talante (JUNIOR, 1985; p. 63).

Assim o desenvolvimento de qualquer atividade no arraial era vigiada, sendo esta uma imposição do poder da política de controle, uma política coerente com os interesses da metrópole, tentando reprimir o extravio e o contrabando das riquezas que deveriam ir para seus cofres.

Nessa intenção, as negras do Tabuleiro foram um dos alvos da Coroa e a presença delas não era muito bem vista o que causava conflito e repressão observados no bando de 1743:

Por bando de 1º de março de 1743, foi proibido “as negras e mulatas forras ou cativas, andarem com tabuleiro pelas ruas ou lavras só lhes sendo permitido venderem os gêneros comestíveis nos arraiais e nos lugares que para esse fim lhe forem marcados sob pena de duzentos açoites e quinze dias de prisão”. No arraial do Tijuco o intendente designou a rua, que por essa razão foi chamada da Quitanda, denominação que até hoje ainda conserva. “Só aí é que se podia fazer o pequeno mercado das Quitandeiras.(SANTOS, 1956, p. 95).

Assim o comércio ambulante feito pelas mulheres deste Arraial, concentrou-se em um ponto específico para sua realização: a Rua da Quitanda.

Essa concentração para venda de quitandas, posteriormente passou a ser uma prática tradicional na cidade. Como exemplo, registra-se o comércio de verduras e quitandas, que acontecia no antigo paredão de velho Cemitério da Sé, quando se tornaram sem efeito as leis contidas no Regimento Diamantino.³

Relacionados a isso, temos alguns fatos curiosos que se referem a estas quitandeiras apresentado por Arno (1949):

Palestravam as quitandeiras, assentadas no chão, junto aos respectivos tabuleiros de doces de cidra, cocadas, pés-de-moleques; biscoitos, roscas, broas, laranjas, jaboticabas, gabiobas, goiabas, araçás e mangabas. As mais tagarelas eram as pretas: Brígidas, muito gorda; Idalina, sempre chiando com asma crônica, tendo ao lado uma filha de dez anos, a pretinha Germana, muito esperta; Rosa, velha africana, que se dizia natural de Moçambique. Esta tinha uma filha mulata, a Eva, conhecida por “Eva do Moreira”, também quitandeira, mas que não se assentava na Quitanda; pertencia a uma classe mais

³ Ao cair da tarde, tagarelavam diversos mulheres, assentadas com tabuleiros de sequilhos, doces e frutas, junto ao paredão do antigo cemitério da Sé, quase em frente da farmácia do Genesco. (ARNO, p.80)

nobre: perambulava pelas ruas, com um tabuleiro de doces finos: pastéis de nata, canudos, manjares, etc”. Tinha ainda as “vendedoras de verduras e hortaliças geralmente não se assentavam na Quitanda; andavam pelas ruas, entrando nas casas, assim como os pequenos vendedores de leite (com metade de águas), cujas garrafas eram arrolhadas com folhas de couve (ARNO, 1949; p. 87).

Outra fonte encontrada e de onde se podem tirar algumas considerações é o Inventário *post mortem*⁴ com que falleceu Antonio Francisco Pimenta em fevereiro de 1851, se tem a seguinte declaração:

Declaro que minha filha Anna Candida foi Educada em casa de minha mana, sua madrinha de onde veio para minha companhia de idade de 37 para 38 annos, trazendo seo escravo sebastiao adquirido pela sua agencia de quitandas [...]. E auxilio de seo Padrinho e Madrinha, e assim mais dinheiro com que comprou a negra Rita, que depois fez troca pela Barbara, tem mais a crioula Joana, que lhá dei logo que nasceo, no valor de trinta mil reis, e assim mais a negra Felizarda que lhe trouxe o sobrinho João Baptista do Rio de Janeiro, que pela minha mão lhe pagou com os jornaes de seu escravo, e como conta dos assentos dos mesmos jornaes. [...] Declaro mais, que a mesma minha filha Anna Cândida tem grandes partes nestas bem feitorias que fiz neste Riacho fundo, por me ter ajudado com seu dinheiro, para pagamento dos officiais, alem de me estar servindo com suas escravas, hum par de annos.

Percebe-se assim que a Anna Candida possuía uma agência de quitandas e com recursos desta adquiriu escravos e auxiliou o seu pai.

Outro fato curioso se refere à forma de pagamento oferecido às quitandeiras que era a emissão de “vales” com o nome de “borrusquê do Bispo”.⁵

Esses bilhetes, que circulavam como moeda papel, traziam impresso o emblema do Bispado, com os seguintes dizeres: “ Diamantina. Pela Caixa Pia, devo cem réis \$100 (ou duzentos réis _ \$200) de mantimento. J.B.D.” J.B.D. iniciais de _ João, Bispo de Diamantina. [...] “de vez em quando chegava a Quitanda um freguês, que comprava doces ou frutas, pagando com um borrusquê do Bispo. (ARNO, 1947; p. 83)

O costume, pois, de se buscar o sustento da família, a partir da venda de quitandas, concentrada em pontos específicos da cidade, atravessou os tempos e foi se esmaecendo na segunda metade do século XX. A venda de quitandas de certo modo se moldou às regras comerciais dos tempos atuais, desta forma este trabalho pretende proporcionar o fortalecimento e identificação dessa cultura e tradição do nosso passado e presente na memória a partir de um sentimento identitário.

⁴ BAT. Registro de testamento, 1º ofício, livro 07, Maço 40, 1850 a 1852.

⁵ Por causa da escassez das moedas divisórias, o venerando e virtuoso Bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos, vira-se forçado a emitir também vales (que resgatava depois dos negociantes) para as esmolas que distribuía aos pobres, no paço episcopal, às quartas-feiras e sábados. Esses bilhetes, que circulavam como moeda-papel, traziam impresso o emblema do Bispado, com os seguintes dizeres: “ Diamantina. Pela Caixa Pia, devo cem réis \$100 (ou duzentos réis _ \$200) de mantimento. J.B.D.” J.B.D. iniciais de _ João, Bispo de Diamantina. O nome borrusquê, aplicado pelo povo a todas as cédulas, indiferentemente, tinha a seguinte origem. Em meados do século, décimo nono, estabeleceu-se em Diamantina um cidadão suíço, Pierre Barrousque, com negócio de padaria e confeitaria. Como ainda hoje fazem certos estabelecimentos desse gênero, esses negociante vendia com desconto diverso vales de cem ou duzentos réis, o que facilitava aos fregueses a compra diária de pães ou doces em seu armazém, evitando a dificuldade de trocos. Gozando o Sr. Barrousque de grande crédito na praça, seus bilhetes circulavam na cidade como moeda divisória, com o nome de barruquês, que depois se transformou em borrusquês. (ARNO, 1949. p. 82-83.)

4 Considerações finais

As atividades e transformações promovidas pelas “Negras do Tabuleiro” na formação da cultura econômica e alimentar foi um marco para a concretização do processo de desenvolvimento social e dos padrões culturais do Arraial do Tijuco, no período colonial.

A Cultura destas mulheres está relacionada à formação da identidade nacional e pode ser considerada uma forte influência que ativa na memória o sabor, as recordações, as transformações, as formas de convívio social, além de ser possível percebê-las também como um agente construtor da história e do seu próprio espaço, que vai muito além das correntes e grilhões.

Em Diamantina essa atividade se tornou peculiar, o processo de imposições predominantes da Coroa Portuguesa sobre o Arraial do Tijuco formou uma história com identidade própria.

Diante do exposto, há um vasto campo para outras formas de estudo, levando em consideração a valorização do patrimônio cultural e imaterial, o convívio social e os padrões culturais que definirão ainda mais a importância dessas mulheres no seio da família brasileira.

5 Abreviaturas

BAT- Biblioteca Antonio Torres, Diamantina. MG.

6 Referências Bibliográficas

- ARNO, C. *Memória de um estudante: 1885-1906*. 2 ed. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1949. p. 80-88.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. Distrito Federal. Senado, Art. 216. 1988.
- COSTA, Henrique Rafael A. *Poder Feminino: Mulheres brancas, negras e Mestiças nas Minas Gerais do Século do Ouro* (online). Belo Horizonte, 2007. 9 p.
- Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/colonia/orientacoes/mulheres_mg.pdf> Acesso em 10/07/2009.
- FERREIRA, C. B. H. *Minidicionário Aurélio da língua Portuguesa 3ª ed. Rio de Janeiro Editora Nova Fronteira. 1993; p.457.*
- FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.); *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, p.146.
- FURTADO, J. F. *O livro da capa verde: O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. 1 ed. São Paulo: Annablume editora, 1996, p 26-7.
- GOMES, Mariana Elias. Patrimônio cultural e Turismo: Estudo de caso sobre a relação entre o órgão ARP SCHINITGER e a população local de Mariana, MG. In: *ENECUT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, III, 2007*, (online), Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, BA. 11 p.
- Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MarianaEliasGomes.pdf>> Acesso em 01/08/2010.
- PANTOJA, S. Vem que tem. *Revista de História da Biblioteca Nacional* (online), edição 38. Rio de Janeiro, 2008.
- Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2076>> Acesso em: 20/08/2009.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 31 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985. p.63.
- PRIORE, M. Del. *Mulheres e trabalho na história do Brasil: Um mercado feminino nas Minas Gerais*. Revista Universia Brasil (online). Publicado em 13/02/2004.
- Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_cidc.html> Acesso em 20/07/2009.
- SANTOS, J. F. dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 3ª.ed. Rio de Janeiro. Edições o Cruzeiro. 1956. p.95

REIS, L. M. Mulheres de ouro. *As negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII*. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte: UFMG, n. 8, p 79. 1989.